

***FUNDO DE PENSÕES ABERTO
EUROVIDA REFORMA RENDIMENTO***

RELATÓRIO E CONTAS 2018

Índice

1. Relatório de Gestão	3
1. ÂMBITO	3
2. EVOLUÇÃO GERAL DO FUNDO DE PENSÕES E DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA NO PERÍODO	3
3. ALTERAÇÕES COM IMPACTO SIGNIFICATIVO NA GESTÃO DO FUNDO DE PENSÕES	4
4. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DE PENSÕES	4
5. CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS E REGRAS PRUDENCIAIS APLICÁVEIS AOS INVESTIMENTOS DO FUNDO DE PENSÕES	5
6. LIMITES DE EXPOSIÇÃO E ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA VS ALOCAÇÃO ATUAL	5
7. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DE PENSÕES	6
8. PERFORMANCE E RENDIBILIDADE DO FUNDO DE PENSÕES	7
9. BENCHMARKS	7
10. EVOLUÇÃO DOS RISCOS MATERIAIS A QUE O FUNDO DE PENSÕES SE ENCONTRA EXPOSTO	8
11. GESTÃO DOS RISCOS MATERIAIS A QUE O FUNDO DE PENSÕES SE ENCONTRA EXPOSTO, INCLUINDO A EVENTUAL UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS DERIVADOS E OPERAÇÕES DE REPORTE E DE EMPRÉSTIMO DE VALORES	8
12. NÍVEL DE FINANCIAMENTO DAS RESPONSABILIDADES DO FUNDO DE PENSÕES	9
13. CONSIDERAÇÕES FINAIS	9
2. Demonstrações Financeiras	10
3. Anexo às Demonstrações Financeiras	12
4. Certificação do revisor oficial de contas	26

1. Relatório de Gestão

1. ÂMBITO

O presente relatório tem como objetivo dar cumprimento ao estabelecido em Norma Regulamentar Nº 7/2010-R, de 4 de junho, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, relativa ao Relato Financeiro dos Fundos de Pensões, reportando-se a 31/12/2018.

O fundo de pensões é constituído, na data de reporte, por adesões individuais e adesões coletivas.

2. EVOLUÇÃO GERAL DO FUNDO DE PENSÕES E DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA NO PERÍODO

O final de 2018 foi turbulento nos mercados financeiros com um fecho de ano que há muito tempo não se via. Nos últimos 12 meses ocorreram três grandes correções na bolsa: um arranque nefasto em 2018, o denominado «outubro vermelho» e agora um dos piores meses de dezembro dos últimos tempos, que colocaram virtualmente todos os índices bolsistas no seu pior ano desde a Grande Recessão.

No mercado de rendimento fixo, as taxas de juro soberanas mostraram uma elevada volatilidade, condicionadas por tensões políticas, pela trajetória ascendente das taxas de juro da Fed e por receios de que em 2019 a economia global desacelere para além do previsto.

Os mercados financeiros viveram um ano de 2018 de forma intensa, com diversos episódios de correções bolsistas. Tudo isto ocorreu dentro de um contexto de maiores tensões geopolíticas e comerciais e de retirada de incentivos em matéria de política monetária, elementos que fizeram esquecer o contexto de volatilidade muito reduzida que ocorreu nos últimos anos. Esta mudança de perspetiva tem sido particularmente perceptível nos mercados de rendimento variável, onde os principais índices bolsistas sofreram o pior ano desde 2009-2011.

Nas commodities, a OPEP e os seus parceiros decidiram um corte conjunto na produção de petróleo. Após o colapso do preço do barril de Brent em novembro, os países membros da OPEP e os seus parceiros (como a Rússia, o Cazaquistão e o México) anunciaram, a 7 de dezembro, uma redução conjunta da sua produção de petróleo em 1,2 milhões de barris diários (em comparação com os níveis produzidos em outubro de 2018).

No mercado cambial e no decorrer do mês de dezembro passado, o euro valorizou face à maior parte das moedas das economias avançadas. Por sua vez, no Reino Unido, o aumento da incerteza em relação ao Brexit penalizou a cotação da libra. Finalmente, nas economias emergentes, as moedas flutuaram de forma estável e desigual face ao dólar.

Relativamente à política monetária, a Fed aumentou as taxas de juro pela quarta vez em 2018 e o BCE confirma o fim do QE. Como era de esperar, na sua última reunião do ano a Fed aumentou a taxa de juro de referência em 25 p. b., para o intervalo 2,25%-2,50%. Assim, com os quatro

aumentos acumulados das taxas de juro em 2018, aliados aos três de 2017, a política monetária norte-americana deixa de ser acomodatória e entra num terreno mais neutral do ciclo económico.

O quadro seguinte resume a evolução do fundo face ao ano anterior:

Unidade: Euros		
	2018	2017
Valor do Fundo em 1 de janeiro	3.882.586	2.053.144
Contribuições	147.385	1.827.764
Pensões/Capitais vencidos	(260.453)	(43.555)
Rendimento líquido	39.552	21.079
Ganhos/(Perdas) nas avaliações/alienações/reembolsos de aplicações	(109.182)	69.438
Diferenças de câmbio	(2.796)	(3.903)
Outras variações líquidas	88.854	(41.381)
Valor do Fundo em 31 de dezembro	3.785.946	3.882.586

Do total de rendimento gerado, cerca de € 111.978 (2017: € 65.535) dizem respeito a ganhos líquidos resultantes da alienação de aplicações financeiras (incluindo diferenças de câmbio).

As contribuições para o fundo de pensões, durante ao ano de 2018, dizem respeito a contribuições de adesões coletivas e adesões individuais.

A rubrica "Outras Variações Líquidas" inclui os prémios de seguros, comissões de gestão e depósito, receitas e despesas provenientes dos seguros e comissões.

3. ALTERAÇÕES COM IMPACTO SIGNIFICATIVO NA GESTÃO DO FUNDO DE PENSÕES

Nada a mencionar.

4. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DE PENSÕES

Na composição do património do Fundo, a Entidade Gestora terá em conta os objetivos e as finalidades a atingir pelo mesmo, no que diz respeito aos níveis adequados de segurança, de qualidade, de rendibilidade e de liquidez das respetivas aplicações financeiras, agindo no melhor interesse dos participantes e beneficiários e assegurando o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A gestão do Fundo reger-se-á por princípios de uma gestão sã e prudente, nomeadamente, diversificação e dispersão adequada das aplicações, seleção criteriosa das mesmas, predominância das aplicações admitidas à negociação em mercados regulamentados, racionalidade e controle de custos e finalmente, limitação a níveis prudentes de aplicações em ativos que, pela sua natureza, apresentem um elevado grau de risco ou apresentem uma reduzida liquidez.

As aplicações em caixa e em disponibilidades à vista devem representar um valor residual, salvo em situações efetivas de força maior que conduzam, temporariamente, à inobservância deste princípio, nomeadamente em casos de entrega de contribuições, de necessidades de tesouraria ou de elevada instabilidade dos mercados financeiros. Neste contexto, os limites previstos no ponto 6 poderão ser incumpridos.

A política de investimento será objeto de revisão pelo menos de três em três anos ou sempre que as condições de mercado assim o justifiquem.

O fundo destina-se a participantes com reduzida tolerância ao risco, que pretendam constituir um complemento de reforma.

A Estratégia seguida em matéria de afetação de ativos, encontra-se descrita no ponto 6 do presente relatório.

5. CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS E REGRAS PRUDENCIAIS APLICÁVEIS AOS INVESTIMENTOS DO FUNDO DE PENSÕES

Foram observados os princípios e regras prudenciais, aplicáveis aos investimentos em fundos de pensões, previstos na legislação em vigor, nomeadamente, diversificação e dispersão adequada das aplicações, seleção criteriosa das mesmas, predominância das aplicações admitidas à negociação em mercados regulamentados, racionalidade e controle de custos e finalmente, limitação a níveis prudentes de aplicações em ativos que, pela sua natureza, apresentem um elevado grau de risco ou apresentem uma reduzida liquidez.

Na composição do património do fundo, é tomada em consideração os objetivos de finalidades a atingir pelo mesmo, no que diz respeito aos níveis adequados de segurança, qualidade, rentabilidade e liquidez das respetivas aplicações financeiras.

6. LIMITES DE EXPOSIÇÃO E ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA VS ALOCAÇÃO ATUAL

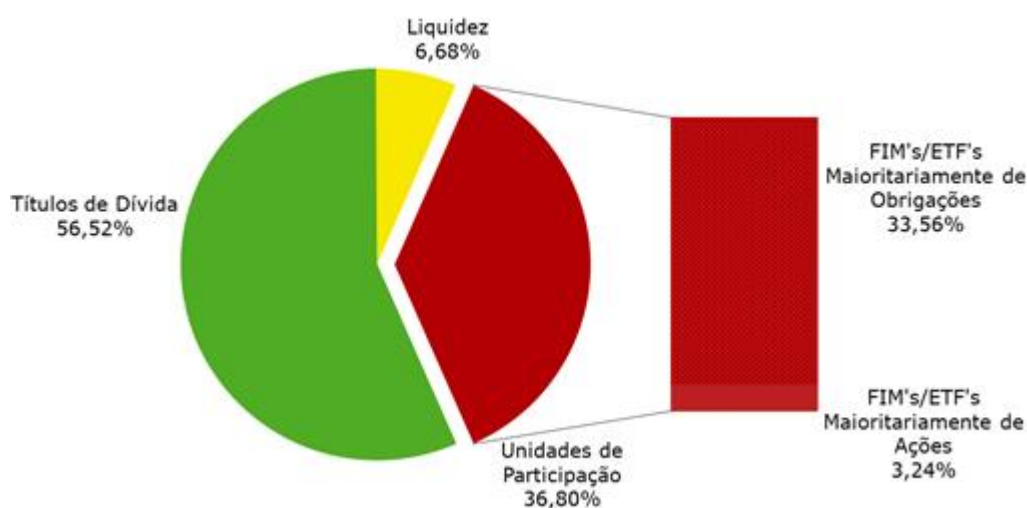
A estratégia de alocação por classes de ativos de longo prazo é a que a seguir se indica. Dispõem-se também a alocação de ativos atuais e o desvio em relação à referida estratégia.

Classe de Activos	Alocação Central	Alocação de Activos	Desvio	Intervalo de Alocação (%)
Títulos de Dívida	50,00%	56,52%	6,52%	[0; 60]
Instrumentos de Capital	1,00%	0,00%	-1,00%	[0; 2,5]
Unidades de Participação	43,00%	36,80%	-6,20%	[0; 50]
FIM's Maioritariamende Obrigações	30,00%	26,26%	-3,74%	[0; 40]
FIM's Maioritariamende Ações	2,50%	1,74%	-0,76%	[0; 5]
FIM's Outros	2,00%	0,00%	-2,00%	[0; 5]
ETF's Maioritariamende Obrigações	5,00%	7,30%	2,30%	[0; 10]
ETF's Maioritariamende Ações	2,50%	1,50%	-1,00%	[0; 5]
FII's	1,00%	0,00%	-1,00%	[0; 2,5]
Outros Activos	1,00%	0,00%	-1,00%	[0; 2,5]
Liquidez	5,00%	6,68%	1,68%	[0;10]

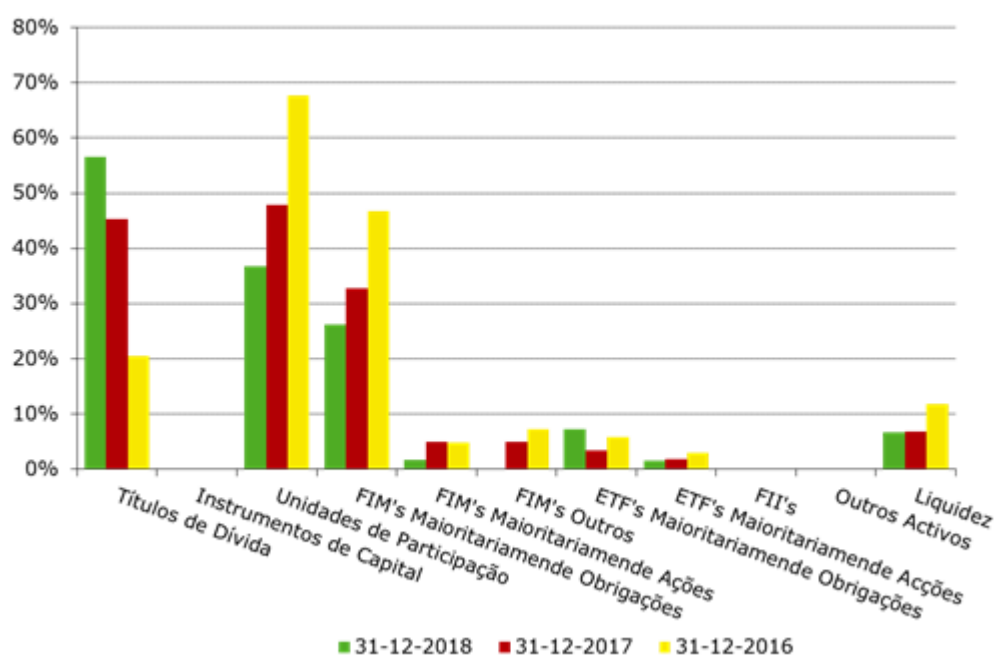
Os desvios de alocação, face ao previsto na política de investimentos, devem-se a razões de natureza tática, com o objetivo da otimização do binómio rentabilidade e risco.

7. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DE PENSÕES

Em 31/12/2018 a estrutura da carteira por classes de ativos era a seguinte:



Na estratégia de alocação de ativos, privilegiou-se o investimento no rendimento fixo, de acordo com o perfil conservador, no entanto, mantivemos um nível de exposição ao rendimento variável significativo, face aos limites da política de investimento, por via do bom desempenho desta classe no ano de 2018.



8. PERFORMANCE E RENDIBILIDADE DO FUNDO DE PENSÕES

No quadro seguinte, é apresentada a rendibilidade do Fundo de Pensões, para o ano de reporte:

RENDIBILIDADE	31/12/2018	31/12/2017
YTD	0,49%	1,5%

A medida de referência relativa à rentabilidade é a TWR (Time Weighted Rate of Return) e ao risco, o Desvio Padrão.

9. BENCHMARKS

A avaliação do desempenho de cada classe de ativos será efetuada contra os índices seguintes:

CLASSE DE ATIVOS	REFERÊNCIA
Títulos de Dívida / Pública	Bloomberg BERPGA
Títulos de Dívida / Corporativa	BERC INDEX
Instrumentos de Capital	Euro Stoxx 50
Unidades de Participação / FIM's Obrigações	Índice BERPGA / BERC
Unidades de Participação / FIM's Ações	MSCI: Europe, USA, Global, Asia, Emergent Market
Unidades de Participação / Outros FIM's	Índice BERGA / BERC / MSCI Global
Unidades de Participação / ETF's	Respetivo <i>Tracker</i>
Unidades de Participação / Imobiliário	APFIPP
Outros Ativos	Euribor 6 M + 1%
Liquidez	Euribor 1 M

Em termos globais, a performance do fundo (0,49%) esteve acima do benchmark (-0,63%).

A performance do benchmark, é determinada com base nas rendibilidades individuais de cada um dos índices em cima indicados, com recurso aos dados históricos dos mesmos, via bloomberg.

10. EVOLUÇÃO DOS RISCOS MATERIAIS A QUE O FUNDO DE PENSÕES SE ENCONTRA EXPOSTO

De acordo com a composição da carteira do Fundo Pensões, em 31/12/2018, os principais riscos de investimentos associados eram:

- Risco de Crédito
- Risco de Mercado
- Risco de Taxa de Juro

Não houve alterações significativas face ao ano anterior.

11. GESTÃO DOS RISCOS MATERIAIS A QUE O FUNDO DE PENSÕES SE ENCONTRA EXPOSTO, INCLUINDO A EVENTUAL UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS DERIVADOS E OPERAÇÕES DE REPORTE E DE EMPRÉSTIMO DE VALORES

Atualmente o fundo de pensões não investe em produtos derivados, operações de reporte ou de empréstimos de valores.

O controlo do risco de crédito, é assegurado assumindo um nível aceitável de diversificação, sendo impostos restrições de investimentos à gestão, de acordo com as especificidades de cada carteira, estabelecendo-se limites de concentração por setor, por emitente ou país e classe de rating dos ativos. São especialmente acompanhados os títulos com Outlook Negativo. A gestão do risco de crédito no Fundo de Pensões, assenta na regular monitorização e análise da exposição da sua carteira de investimentos, com periodicidade mensal.

O risco de mercado é monitorizado através dos indicadores, duração modificada, vida média e convexidade, para o risco de taxa de juro e Beta para o risco de ações. São igualmente quantificadas as Estimativas de Perdas Esperadas, através do impacto de variações de taxa de juro no valor dos títulos de taxa fixa em carteira e da variação dos preços de mercado nos títulos de rendimento variável em carteira, respetivamente para o risco de taxa de juro e o risco de ações.

O risco de taxa de juro (variação) é monitorizado regularmente ao nível do ativo financeiro, através do apuramento do impacto na carteira de investimentos, de uma variação na curva de taxas de juro (choque multiplicativo) e os parâmetros utilizados são a duração modificada da carteira, dentro de um cenário de variação de taxas de juro, com a medição do impacto na componente de taxa fixa em carteira.

Em 31/12/2018, a carteira de ativos apresentava uma duração modificada de 3,84 anos, uma convexidade de 0,18 e um Beta de 0,27. Estima-se que uma variação positiva da taxa de juro em 100 pontos base, produza uma perda de 2,17% no valor da carteira de rendimento fixo. Já uma variação negativa de 10%, no preço dos ativos de rendimento variável, produzirá uma perda estimada de 3,7% no valor da carteira de rendimento variável.

12. NÍVEL DE FINANCIAMENTO DAS RESPONSABILIDADES DO FUNDO DE PENSÕES

Não aplicável, dada a inexistência de planos de benefício definido financiados pelo Fundo de Pensões.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação constante no presente relatório é apropriada e representa fidedignamente as transações e outros acontecimentos.

Lisboa, 8 de abril de 2019

O Conselho de Administração

2. Demonstrações Financeiras

2.1. Demonstração da Posição Financeira

Unidade: Euros			
Demonstração da Posição Financeira	Notas	2018	2017
Investimentos			
Unidades de participação em fundos de investimento	4	1.393.132	1.859.572
Títulos de rendimento fixo	4	2.121.042	1.747.576
Numerário e depósitos em outras instituições de crédito	5	258.031	271.660
Sub-Total		3.772.205	3.878.809
Outros Ativos			
Devedores		-	-
Outras entidades		-	-
Sub-Total		-	-
Acréscimos e diferimentos			
Acréscimos de proveitos	6	18.774	8.877
Sub-Total		18.774	8.877
Total do Ativo		3.790.979	3.887.686
Credores			
Entidade gestora	7	4.871	4.936
Estado e outros entes públicos	7	-	-
Depositário	7	162	165
Sub-Total		5.034	5.100
Acréscimos e diferimentos			
Acréscimos de custos		-	-
Sub-Total		-	-
Total do Passivo		5.034	5.100
Total do Valor do Fundo		3.785.946	3.882.586
Valor da Unidade de Participação		62,1546	61,8461

2.2. Demonstração de Resultados

Unidade: Euros			
Demonstração de Resultados	Notas	2018	2017
Contribuições	8	147.385	1.827.764
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	9	(260.453)	(43.555)
Ganhos líquidos de investimentos	10	(111.978)	65.535
Rendimentos líquidos de investimentos	11	39.552	21.079
Outros rendimentos e ganhos	12	147.767	3.574
Outras despesas	13	(58.912)	(44.955)
Resultado líquido		(96.640)	1.829.442

2.3. Demonstração de Fluxos de Caixa

Unidade: Euros

Demonstração de Fluxos de Caixa	Notas	2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
+ Contribuições			
Associados	8	22.711	21.687
Participantes/beneficiários	8	109.402	135.259
Transferências	8	15.272	1.670.817
- Pensões, capitais e prémios únicos vencidos			
Pensões pagas		-	-
Prémios únicos para aquisição de rendas vitalícias		-	-
Capitais vencidos(Remigões/vencimentos)	9	60.077	25.289
Transferências	9	200.376	18.266
- Remunerações			
Remunerações de gestão	13	56.616	40.752
Remunerações de depósito e guarda de títulos	13	1.887	1.436
+ Outros rendimentos e ganhos	12	147.767	3.574
- Outras despesas	13	409	451
Fluxos de caixa líquido das actividades operacionais		(24.214)	1.745.145
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
+ Recebimentos			
Alienação/reembolso de investimentos		4.212.833	2.308.992
Rendimentos dos investimentos		1.010	27.743
Variação de depósitos a prazo		-	-
- Pagamentos			
Aquisição de investimentos		4.203.258	3.871.919
Variação de depósitos a prazo		-	-
Comissões de transacção e mediação		-	-
Outros gastos com investimentos		-	-
Fluxos de caixa líquido das actividades de investimento		10.585	(1.535.184)
Variações de caixa e seus equivalentes		(13.629)	209.961
Efeitos de alteração das taxas de câmbio		-	-
Caixa no início do período de reporte	5	271.660	61.699
Caixa no fim do período de reporte	5	258.031	271.660

3. Anexo às Demonstrações Financeiras

Nota 1 – Introdução

O Fundo de Pensões Aberto Eurovida Reforma Rendimento (o Fundo) foi constituído em 19 de julho de 2010 e tem como entidade gestora a Santander Totta Seguros- Companhia de Seguros de Vida, S.A. (a Sociedade Gestora).

O Fundo é um fundo aberto, com duração indeterminada e é um património exclusivamente afeto à realização de um ou mais planos de pensões.

Em 31 de dezembro de 2018, o fundo de pensões é constituído por três adesões coletivas (Banco Santander Totta, S.A. (ex. Banco Popular Portugal, S.A.), o Sindicato Ferroviário e a Ibercaja Banco S.A.) e por 323 adesões individuais.

Nota 2 – Comparabilidade

As contas do Fundo de 2018 são comparáveis em todos os aspetos materialmente relevantes com as contas do exercício de 2017.

Nota 3 – Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras do Fundo de Pensões foram preparadas no pressuposto da continuidade das suas operações, de acordo com os registos contabilísticos mantidos pela Entidade Gestora e conforme a Norma n.º 7/2010-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), de 4 de junho.

São apresentadas de seguida as bases de mensuração e as políticas contabilísticas.

Bases de mensuração:

- Demonstrações Financeiras expressas em Euros;
- Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros registados ao justo valor.

Políticas contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Princípio da especialização de exercícios

Os gastos e os rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

b) Instrumentos financeiros

O Fundo classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a natureza que lhes está subjacente. Assim, os ativos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor, com as variações subsequentes reconhecidas em resultados.

As aquisições e alienações são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Fundo se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

c) Numerário e depósitos em outras instituições de crédito

O Numerário e depósitos de curto prazo em outras instituições de crédito englobam os valores registados na Demonstração da Posição Financeira com maturidade inferior a 3 meses, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor. Adicionalmente, estão englobados nesta rubrica outros depósitos a prazo em instituições de crédito.

d) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

e) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

f) Comissões de gestão

As comissões a pagar pela gestão do Fundo são suportadas por este e registadas em gastos.

g) Comissões de custódia

As comissões a pagar ao banco pela guarda dos ativos do Fundo são suportadas por este e registadas em gastos.

h) Comissões de emissão

As comissões de emissão a receber dos participantes correspondem ao máximo de 2% dos montantes de subscrição.

i) Impostos e Taxas

De acordo com o artigo 16º do Estatuto dos Benefício Fiscais, os Fundos de Pensões e equiparáveis são isentos de:

- IRC relativo aos rendimentos obtidos pelos Fundos de Pensões e equiparáveis; e
- Imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis.

j) Contribuições

As contribuições são registadas quando recebidas. O seu apuramento é efetuado da seguinte forma:

- Adesões individuais – de acordo com a disponibilidade do participante.
- Adesões coletivas - de acordo com a disponibilidade do associado.

k) Pensões

As pensões são processadas e pagas sempre que se verifiquem as condições indicadas no contrato. O registo é efetuado aquando do pagamento.

Nota 4 – Instrumentos financeiros

A listagem das participações e instrumentos financeiros, do Fundo em 31 de dezembro de 2018 está apresentada no Anexo 1 – Inventário de participações e instrumentos financeiros, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

Unidade: Euros				
	2018		2017	
	Valor*	Peso Carteira	Valor*	Peso Carteira
Títulos de Rendimento Fixo	2.139.816	60,6%	1.756.453	48,6%
Títulos de Rendimento Variável	1.393.132	39,4%	1.859.572	51,4%
Total	3.532.948	100,0%	3.616.026	100,0%

* Inclui juro decorrido

O apuramento do justo valor para os ativos financeiros é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

De acordo com a IFRS 7, os ativos financeiros detidos podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- Nível 1 – Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo;
- Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro;
- Nível 3 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

A valorização dos ativos financeiros por níveis, a 31 de dezembro de 2018 e 2017 é analisada como se segue:

Unidade: Euros				
2018				
	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Total
Títulos de rendimento fixo*	2.139.816	-	-	2.139.816
Títulos de rendimento variável	1.393.132	-	-	1.393.132
Total	3.532.948	-	-	3.532.948

* Inclui juro decorrido

Unidade: Euros				
2017				
	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Total
Títulos de rendimento fixo*	1.756.453	-	-	1.756.453
Títulos de rendimento variável	1.859.572	-	-	1.859.572
Total	3.616.026	-	-	3.616.026

* Inclui juro decorrido

Nota 5 – Numerário e depósitos em instituições de crédito

Nesta rubrica está registado o montante de 258.031 Euros (2017: 271.660 Euros).

Nota 6 – Acréscimos e diferimentos

Nesta rubrica está incluída a especialização dos juros decorridos de títulos, cujo valor em 31 de dezembro de 2018 era de 18.774 Euros (2017: 8.877 Euros).

Nota 7 – Credores

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

Unidade: Euros		
	2018	2017
Entidade Gestora	4.871	4.936
Estado e outros entes públicos	-	-
Depositário	162	165
Total em 31 de dezembro	5.034	5.100

Nos credores estão refletidos os valores das comissões de gestão e de depósito que se encontram por pagar a 31 de dezembro de 2018.

Nota 8 – Contribuições

As contribuições efetuadas em 2017 e 2016 foram integralmente realizadas e apresentam a seguinte decomposição:

Unidade: Euros		
	2018	2017
Contribuições do Associado	22.711	21.687
Contribuições dos Participantes	109.402	135.259
Transferências	15.272	1.670.817
Total em 31 de dezembro	147.385	1.827.764

Nota 9 – Pensões, capitais e prémios únicos vencidos

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

Unidade: Euros		
	2018	2017
Pensões e capitais vencidos		
Pensões	-	-
Remições	-	6.302
Transferências	200.376	18.266
Capital por velhice	57.476	9.577
Desemprego de longa duração	2.601	9.409
Total em 31 de dezembro	260.453	43.555

Nota 10 – Ganhos líquidos de investimentos

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

	Unidade: Euros	
	2018	2017
Ganhos		
Ganhos na avaliação, alienação e reembolso de aplicações		
Realizados	10.361	4.054
Obrigações	1.481	540
Unidades de participação	8.880	3.514
Potenciais	696.350	493.099
Obrigações	180.570	91.322
Unidades de participação	515.779	401.776
Diferenças de câmbio	475	13.805
Realizadas	2	10
Potenciais	473	13.796
Total de Ganhos	707.186	510.958
Perdas		
Perdas na avaliação, alienação e reembolso de aplicações		
Realizadas	(2.872)	(2.296)
Obrigações	(92)	-
Unidades de participação	(2.780)	(2.296)
Potenciais	(813.021)	(425.419)
Obrigações	(205.617)	(69.533)
Unidades de participação	(607.405)	(355.886)
Diferenças de câmbio	(3.271)	(17.708)
Realizadas	(2.593)	(468)
Potenciais	(678)	(17.241)
Total de Perdas	(819.164)	(445.423)
Total em 31 de dezembro	(111.978)	65.535

Nota 11 – Rendimentos líquidos de investimentos

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

Unidade: Euros		
	2018	2017
Rendimentos líquidos de investimentos		
Títulos de rendimento variável	4.447	1.324
Depósitos	(76)	13
Títulos de rendimento fixo	35.181	19.742
Total em 31 de dezembro	39.552	21.079

Nota 12 – Outros rendimentos e ganhos

O fundo de pensões tem rentabilidade mínima garantida apenas na data de referência, 31 de dezembro de cada ano, e que é medida pela valorização da unidade de participação nos termos das alíneas seguintes:

- A unidade de participação do fundo de pensões, na data de referência, irá valorizar, no mínimo 2% (taxa anual nominal bruta) face ao valor da unidade de participação da data de referência do ano anterior;
- Se a unidade de participação na data de referência, for inferior ao valor garantido, a entidade gestora efetuará a entrega para o fundo, das contribuições necessárias para a unidade de participação atingir aquele valor;
- O valor mínimo da unidade de participação, garantido em 31 de dezembro de 2018, será apurado proporcionalmente ao tempo decorrido entre a data da primeira contribuição para o fundo de pensões e a referida data, sendo a base de cálculo Atual/365.

Em 2018, foi recebido pelo Fundo o montante de 137.541 Euros, uma vez que o nível de rentabilidade obtido, durante o ano, não foi suficiente para cobrir a rentabilidade mínima garantida. Esta situação não se verificou, em 2017.

Em outros rendimentos e ganhos estão ainda refletidos 10.226 Euros (2017: 3.574 Euros), dos quais 1.274 Euros (2017: 2.568 Euros) são relativos a acertos de comissões de custódia e 8.952 Euros (2017: 2.568 Euros) a comissões reembolsadas ao Fundo de Pensões, pelas entidades gestoras de fundos de investimento de acordo com o contratualmente definido.

Nota 13 – Outras despesas

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

Unidade: Euros		
	2018	2017
Outras despesas		
Comissões de gestão	56.616	43.069
Comissões de depósito	1.887	1.436
Outras	409	451
Total em 31 de dezembro	58.912	44.955

A comissão de gestão é uma comissão mensal que será no máximo de 0,125% (1,5% ao ano), cobrada mensalmente e postecipadamente incidindo sobre o valor líquido global do Fundo, apurado com referência ao último dia do mês. Em 2018, foram pagas comissões de gestão no montante de 56.616 Euros (43.069 Euros em 2017).

A comissão de depósito é uma comissão mensal que será no máximo de 0,0416‰ (0,5‰ ao ano), cobrada mensalmente e postecipadamente incidindo sobre o valor líquido global do Fundo, apurado com referência ao último dia do mês. Em 2018, foram pagas comissões de depósito de 1.887 Euros (1.436 Euros em 2017).

Nota 14 – Política de investimentos

A política de investimento do Fundo de Pensões Aberto Eurovida Reforma Rendimento tem como objetivo formular os princípios de investimento e as linhas orientadoras de gestão dos ativos do Fundo e obedecem aos seguintes princípios:

- Ter em conta os objetivos e as finalidades a atingir pelo Fundo, com os níveis adequados de segurança, qualidade, rentabilidade e de liquidez das respetivas aplicações financeiras, agindo no melhor interesse dos participantes e beneficiários e assegurando o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- Reger-se por princípios de gestão sã e prudente, nomeadamente a diversificação e dispersão adequada das aplicações observando as seguintes regras: i) seleção criteriosa das aplicações com predominância as aplicações admitidas à negociação em mercados regulamentados; ii) racionalidade de controlo de custos; iii) limitação a níveis prudentes de aplicações em ativos que, pela sua natureza, apresentem um elevado grau de risco ou apresentem uma reduzida liquidez.

A política de investimento é objeto de revisão, pelo menos, de três em três anos ou sempre que as condições de mercado assim o justifiquem.

A estratégia de alocação por classes de ativos de longo prazo é a que a seguir se indica. Dispõem-se também, a alocação de ativos atual e o desvio em relação à referida estratégia.

Classe de Activos	Alocação Central	Alocação de Activos	Desvio	Intervalo de Alocação (%)
Títulos de Dívida	50,00%	56,52%	6,52%	[0; 60]
Instrumentos de Capital	1,00%	0,00%	-1,00%	[0; 2,5]
Unidades de Participação	43,00%	36,80%	-6,20%	[0; 50]
FIM's Maoritariamende Obrigações	30,00%	26,26%	-3,74%	[0; 40]
FIM's Maoritariamende Ações	2,50%	1,74%	-0,76%	[0; 5]
FIM's Outros	2,00%	0,00%	-2,00%	[0; 5]
ETF's Maoritariamende Obrigações	5,00%	7,30%	2,30%	[0; 10]
ETF's Maoritariamende Ações	2,50%	1,50%	-1,00%	[0; 5]
FII's	1,00%	0,00%	-1,00%	[0; 2,5]
Outros Activos	1,00%	0,00%	-1,00%	[0; 2,5]
Liquidez	5,00%	6,68%	1,68%	[0;10]

Nota 15 – Risco Associado a Instrumentos Financeiros

O Fundo de Pensões está exposto a uma diversidade de riscos através dos seus ativos financeiros. O risco financeiro chave a que um Fundo de Pensões está exposto, corresponde à potencial incapacidade deste para cumprir com as suas responsabilidades, ou seja, a possibilidade de os rendimentos gerados pelos ativos não conseguirem cobrir as obrigações decorrentes do pagamento das pensões e encargos inerentes.

Os principais riscos a que um Fundo de Pensões está exposto são:

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento dos participantes no reforço do Fundo e da contraparte relativamente às obrigações contratuais, no que se refere à carteira de investimentos.

A gestão do risco de crédito no Fundo, associado à possibilidade de incumprimento da contraparte (ou à variação do valor de um dado ativo, face à degradação da qualidade do risco da contraparte), assenta na regular monitorização e análise da exposição da sua carteira de investimentos, através de relatórios trimestrais de riscos financeiros para a carteira global.

O quadro seguinte mostra a exposição por classe de ativos, com referência às datas de 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Unidade: Euros				
	2018*		2017*	
	%	Valor	%	Valor
Rendimento Fixo	56,4%	2.139.816	45,2%	1.756.453
Taxa Fixa	49,2%	1.864.439	23,5%	914.784
Taxa Variável	7,3%	275.377	21,6%	841.669
Cupão Zero	0,0%	-	0,0%	-
Rendimento Variável	36,7%	1.393.132	47,8%	1.859.572
Com garantia de capital	0,0%	-	0,0%	-
Estruturados	0,0%	-	0,0%	-
Sem garantia de capital	36,7%	1.393.132	47,8%	1.859.572
Estruturados	0,0%	-	0,0%	-
F.I.M. - Ações	1,7%	65.922	4,9%	190.128
F.I.M. - Obrigações	28,2%	1.068.714	32,8%	1.273.603
F.I.M. - Outros	0,0%	-	4,9%	192.010
Exchanged Traded Funds	6,8%	258.497	5,2%	203.831
Imobiliário	0,0%	-	0,0%	-
Mercado Monetário	6,8%	258.031	7,0%	271.660
Total	100,0%	3.790.979	100,0%	3.887.686

* Inclui juro decorrido

A existência de limites internos de exposição por notação de risco de crédito permite mitigar os riscos associados e manter a exposição dentro de limites consideráveis como aceitáveis pela entidade gestora do Fundo.

Regularmente e com base nas notações de risco de crédito publicadas por algumas das principais agências internacionais (*Standard & Poor's*, *Moody's*, *Fitch* e *DBRS*), é calculada a percentagem de exposição da carteira de investimentos por notação, monitorizadas as respetivas alterações de notação por título, acompanhados os *Outlooks*, graus de subordinação e o devido cumprimento dos limites estabelecidos pela gestão.

A exposição da carteira aos *ratings* é a que se indica:

Rating	Rating emissão 2018		Rating emissão 2017	
	% Carteira	% Rend Fixo	% Carteira	% Rend Fixo
[AAA ; BBB-]	48,5%	85,8%	24,6%	54,5%
[BB+,BB-]	0,0%	0,0%	7,0%	15,4%
[B+;D]	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
NR	8,0%	14,2%	13,6%	30,1%
Total	56,4%	100,0%	45,2%	100,0%

Em termos de exposição das classes de *rating* por maturidade (vida média), a componente de rendimento fixo apresenta as seguintes exposições a 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Unidade: Euros

(Rating, Maturidade)	2018					em %	em Valor
	< 3	< 5	< 7	< 10	≥ 10		
AAA	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0
AA	0,0%	2,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,0%	74.381
A	2,1%	0,0%	2,6%	0,0%	0,0%	4,7%	176.985
BBB	14,2%	20,1%	5,6%	0,0%	0,0%	39,9%	1.585.550
≤ BB	0,0%	0,0%	0,0%	2,0%	0,0%	2,0%	0
Unrated (NR)	2,8%	2,6%	2,6%	0,0%	0,0%	8,0%	302.899
Total (em %)	19,1%	24,6%	10,8%	2,0%	0,0%	56,4%	
Total (em valor)	722.077	932.203	409.602	75.935	-		2.139.816

Unidade: Euros

(Rating, Maturidade)	2017					em %	em Valor
	< 3	< 5	< 7	< 10	≥ 10		
AAA	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0
AA	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0
A	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0
BBB	0,0%	18,8%	5,8%	0,0%	0,0%	24,6%	956.849
≤ BB	1,7%	5,3%	0,0%	0,0%	0,0%	7,0%	270.798
Unrated (NR)	0,0%	8,5%	5,2%	0,0%	0,0%	13,6%	528.805
Total (em %)	1,7%	32,6%	11,0%	0,0%	0,0%	45,2%	
Total (em valor)	65.404	1.264.371	426.679	-	-		1.756.453

Risco de taxa de juro

As operações do Fundo encontram-se sujeitas ao risco de flutuações nas taxas de juro, para os ativos geradores de juros (investimentos).

A monitorização do risco de taxa de juro (variação) é efetuada regularmente ao nível do ativo financeiro, através do apuramento do impacto na carteira de investimentos de uma variação na curva de taxas de juro (choque multiplicativo). Os parâmetros utilizados são a modified duration da carteira, dentro de um cenário de variação de taxas de juro, com a medição do impacto na componente de taxa fixa em carteira. Os efeitos apurados, relativamente a 31 de dezembro de 2018 e 2017, são os seguintes:

Indicadores	2018	2017	Variação
Modified Duration	3,84	2,43	1,41
Vida Média	4,04	4,67	-0,63
Convexidade	0,18	0,15	0,04

O impacto estimado de variações de taxa de juro no valor dos títulos de taxa fixa em carteira, com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017, é como segue:

Variação taxa de juro (Em pontos base)	Variação estimada 2018		Variação estimada 2017	
	%	Euros	%	Euros
300	-6,51%	-246.298	-3,30%	-128.088
200	-4,34%	-164.198	-2,20%	-85.392
100	-2,17%	-82.099	-1,10%	-42.696

Risco de liquidez

O Risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o ativo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas.

A gestão da liquidez tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo.

Adicionalmente, ver a análise de maturidades no risco de crédito.

Risco de mercado

O Risco de mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de ações e outros.

Adicionalmente, são analisados os seguintes riscos:

a) Exposição ao risco País/Zona Geográfica

Em relação à exposição por Zona Geográfica a carteira de investimentos do Fundo apresenta as seguintes exposições, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

%			
Zona Geográfica	Peso em carteira 2018	Peso em carteira 2017	Variação
Portugal	31,2%	42,4%	-11,2 pp
Países Baixos	12,1%	0,0%	12,1 pp
França	7,8%	0,0%	7,8 pp
Alemanha	3,3%	3,3%	0,0 pp
Espanha	2,7%	6,5%	-3,8 pp
Itália	2,0%	0,0%	2,0 pp
Estados Unidos da América	2,0%	0,0%	2,0 pp

b) Risco de exposição aos sectores

Em relação à exposição por sector a carteira de investimentos do Fundo apresenta a seguinte exposição, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

%			
Setor	Peso em carteira 2018*	Peso em carteira 2017*	Variação
GOVERNMENT	15,7%	33,2%	-17,5 pp
FINANCIAL	13,8%	2,6%	11,2 pp
UTILITIES	11,0%	0,0%	11,0 pp
CONSUMER, CYCLICAL	9,2%	0,0%	9,2 pp
ENERGY	5,4%	5,4%	-0,0 pp
COMMUNICATIONS	2,8%	0,0%	2,8 pp
INDUSTRIAL	2,8%	0,0%	2,8 pp
BASIC MATERIALS	2,6%	3,3%	-0,6 pp
CONSUMER, NON-CYCLICAL	0,0%	0,8%	-0,8 pp

*inclui liquidez

Anexo 1 - Inventário de participações e instrumentos financeiros

							Unidade: Euro
Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário*	Total
2. Outros							
2.1. Títulos Nacionais							
2.1.2. Títulos de dívida							
2.1.2.1. De Dívida Pública							
Obrigações Do Tesouro 2,125 17-10-2028		73.000	103,53%		75.575	103,58%	75,93
Obrigações Do Tesouro 2,2 17-10-2022		105.000	107,80%		113.185	107,80%	113,69
Obrigações Do Tesouro 2,875 15-10-2025		103.000	111,22%		114.558	111,31%	115,278
Obrigações Do Tesouro Tx Var 02-08-2022		67.000	104,25%		69.848	104,25%	70,297
Obrigações Do Tesouro Tx Var 19-05-2021		100.000	105,05%		105.050	105,05%	105,307
Sub-Total		448.000			478.215		480,476
2.1.2.2. De Outros Emissores Públicos							
Parpublica 3,567 22-09-2020		36.000	105,64%		38.030	105,64%	38,382
Sub-Total		36.000			38.030		38,382
2.1.2.3. De Outros Emissores							
Altri / Celbi tx var 06-03-2024		100.000	99,00%		99.000	99,00%	99,773
Brisa Concessao Rodov Sa 2 22-03-2023		100.000	103,85%		103.848	103,82%	105,371
Galp Energia Sgps Sa 1 15-02-2023		100.000	95,92%		95.920	95,93%	96,804
Galp Energia Sgps Sa 3 14-01-2021		100.000	103,44%		103.438	103,44%	106,322
Sub-Total		400.000			402.206		408,270
Total		884.000			918.451		927,129
2.2. Títulos Estrangeiros							
2.2.1.3. Unidades de Participação em Fundos de Investimento							
AXA Rosenberg Equity Alpha Trust - US Enhanced Index Equity Alpha.	2.450			13,54	33.173	13,51	33,100
Allianz Europe Equity Growth EUR	13			2.524,79	32.822	2.524,79	32,822
Axa World Funds - Us High Yield	687			210,68	144.737	211,40	145,232
BlackRock Global Funds - Euro Short Term Duration Bond Fund	11.735			16,31	191.398	16,32	191,515
BlackRock Global Funds - Fixed Income Global Opportunities Fund EU	10.415			10,48	109.149	10,49	109,253
Candriam Bonds Euro Short Term.	88			2.181,64	191.984	2.181,37	191,961
Deutsche Floating Rate Notes Eur	1.815			83,49	151.534	83,49	151,534
Ishares Euro Corporate Bond Large Cap UCITS ETF	562			132,70	74.578	132,77	74,615
Legg Mason Global Funds PLC - Legg Mason Brandywine Global Fixed I	985			94,01	92.600	94,33	92,915
Lyxor Barclays Floating Rate Euro 0-7Y Uciits ETF Eur.	2.045			98,72	201.878	98,72	201,874
M&G Investment Funds 7 - Global Floating Rate High Yield Fund EUR	11.514			9,70	111.666	9,70	111,688
iShares DivDAX UCITS ETF DE	3.790			14,94	56.623	14,94	56,623
Sub-Total	46.099				1.392.143		1.393,132
2.1.2. Títulos de dívida							
2.2.2.1. De Dívida Pública							
Buoni Poliennali Del Tes 2,15 15-12-2021		73.000	103,29%		75.400	103,29%	75,469
Sub-Total		73.000			75.400		75,469
2.2.2.3. De Outros Emissores							
Bmw Finance Nv 0,125 29-11-2021		80.000	99,37%		79.494	99,37%	79,502
Commerzbank Ag 1,5 21-09-2022		100.000	102,10%		102.099	102,10%	102,512
Daimler International Finance Bv 1 11-11-2025		100.000	97,35%		97.346	97,35%	97,483
Deutsche Ann Fin Bv 2,125 09-07-2022		63.000	103,97%		65.504	104,01%	66,169
Edp Finance Bv 4,125 20-01-2021		100.000	107,71%		107.711	107,71%	111,609
Fcc Aqualia Sa 1,413 08-06-2022		100.000	99,89%		99.885	99,76%	100,558
O2 Telefonica Deutschland Finanzierungs Gmbh 2,375 10-02-2021		100.000	104,24%		104.236	104,23%	106,342
RCI Banque Sa 0,625 10-11-2021		100.000	98,94%		98.940	99,06%	99,143
Ren Finance Bv 1,75 01-06-2023		100.000	103,26%		103.263	103,27%	104,287
Renault Sa 1 18-04-2024		100.000	96,36%		96.363	96,36%	97,067
Toyota Motor Credit Corp 0,75 21-07-2022		73.000	101,56%		74.137	101,56%	74,381
Veolia Environnement Sa 0,314 04-10-2023		100.000	98,08%		98.080	98,09%	98,163
Sub-Total		1.116.000			1.127.057		1.137,218
Sub-Total	46.099	1.189.000			2.594.600		2.605,820
3. Total Geral	46.099	2.073.000			3.513.051		3.532,948

* Inclui o valor dos juros decorridos

4. Certificação do Revisor Oficial de Contas



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Pensões Aberto Eurovida Reforma Rendimento (o Fundo), gerido pela Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. (a entidade gestora), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total do ativo de 3.790.979 euros e um total do valor do Fundo de 3.785.946 euros), a demonstração de resultados (que evidencia um resultado líquido negativo do exercício de 96.640 euros) e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Pensões Aberto Eurovida Reforma Rendimento em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o relato financeiro dos fundos de pensões estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação da opinião e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, uma das quais é uma entidade licenciada e autorizada a exercer a atividade.

4. Certificação do Revisor Oficial de Contas

(cont.)

<i>Matérias relevantes de auditoria</i>	<i>Síntese da abordagem de auditoria</i>
Valorização de instrumentos financeiros	
Mensuração e divulgações relacionadas com a valorização de instrumentos financeiros apresentadas nas notas anexas 3 b) e 4 das demonstrações financeiras.	
Os instrumentos financeiros apresentados na demonstração da posição financeira nas linhas de unidades de participação em fundos de investimento e títulos de rendimento fixo, no montante de 3.514.174 euros, representam aproximadamente 93% do total do ativo do Fundo em 31 de dezembro de 2018, constituíram pela sua significativa expressão no ativo, uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. A valorização destes ativos envolve julgamento relativamente à seleção da base de mensuração para cada natureza de investimento. Para os instrumentos financeiros ativamente negociados e em relação aos quais estão disponíveis cotações ou outros indicadores de mercado, a determinação do justo valor tem por base o seu preço ou cotação de fecho à data da demonstração da posição financeira. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando informação fornecida pelas entidades gestoras/emittentes ou metodologias de avaliação.	A nossa equipa desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria: • Identificação e compreensão dos principais controlos relativamente à mensuração dos instrumentos financeiros; • Verificação da efetividade dos controlos associados à seleção de cotações para valorização de instrumentos financeiros; • Verificação de cotações provenientes de fontes externas para as posições detidas; e • Análise da reconciliação do inventário de instrumentos financeiros com os registos contabilísticos. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre os instrumentos financeiros constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras do Fundo, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização da entidade gestora pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da entidade gestora é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o relato financeiro dos fundos de pensões estabelecidos pela ASF;



4. Certificação do Revisor Oficial de Contas

(cont.)

- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Fundo para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da entidade gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade gestora do Fundo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da entidade gestora;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da entidade gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório



4. Certificação do Revisor Oficial de Contas

(cont.)

para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da entidade gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da entidade gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização da entidade gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 11.º da Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho, da ASF, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Fundo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:



4. Certificação do Revisor Oficial de Contas

(cont.)

- a) Fomos nomeados auditores do Fundo pela primeira vez para o exercício de 2010, mantendo-nos em funções até ao presente período.
- b) O órgão de gestão da entidade gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da entidade gestora nesta mesma data.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo durante a realização da auditoria.
- e) Informamos que, para além da auditoria, prestámos ao Fundo os seguintes serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor:
 - Emissão de um relatório dirigido à ASF, certificando com um grau de segurança moderado os elementos de índole financeira e estática mencionados no artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 18/2008 – R, de 23 de dezembro, alterada pela Norma Regulamentar n.º 20/2010 – R, de 16 de dezembro, com referência a 31 de dezembro de 2018.

16 de abril de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:


Fernando Manuel Miguel Henriques, R.O.C.